



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;  
e
- \_\_\_\_\_, portador do nº \_\_\_\_\_ de Identificação Civil, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, Responsável por \_\_\_\_\_, portador do n.º \_\_\_\_\_ de Identificação Civil, emitido a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, como Segundo Outorgante.

O presente contrato regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da Resposta Social de **Serviço de Apoio Domiciliário, sito na Avenida Zeca Afonso, Urbanização dos Mochos em Pinhal Novo**, tal como previsto no ponto nº 5.7. do Regulamento Interno desta Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

1. A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de **admissão** previstas no Regulamento Interno, pontos n.º 5.1 Critérios de Admissão, n.º 5.2 Critérios de Priorização, n.º 5.3 Período de Admissão, n.º 5.4 Documentos a Entregar no Ato de Admissão, n.º 5.5. Prova de rendimentos do Agregado Familiar, n.º 5.6. Avaliação de Diagnose, n.º 7.2. Cálculo da mensalidade e despacho favorável de entrada, emitido pela Administração Executiva ou por quem for delegada essa competência e assinatura do presente contrato pelas partes.
2. O presente contrato contempla ainda o cumprimento dos Direitos e Deveres da Instituição, referidos nos pontos n.º3.1 e n.º3.2, Direitos e Deveres do Cliente, referidos nos pontos n.º 3.3 e n.º 3.4, Direitos e Deveres do Responsável pelo cliente, referidos nos pontos n.º 3.6 e n.º 3.7, Direitos e Deveres da Coordenação/Equipa Técnica, referidos nos pontos n.º 3.8 e n.º 3.9 e Direitos e Deveres dos Colaboradores, referidos nos pontos n.º 3.10 e n.º 3.11 do Regulamento Interno.
3. O cliente e/ou o seu agregado familiar, deverão fazer prova anual dos rendimentos do agregado familiar, mediante documento de natureza fiscal, uma vez que a mensalidade é atualizada anualmente ou quando se verificarem alterações no rendimento do agregado familiar.

Deverá ainda ser apresentado comprovativo dos bens declarados e registados em nome do cliente nos Serviços de Finanças.

4. O valor da **mensalidade** é calculado de acordo com a metodologia e o preceituado no ponto n.º 7.2 do Regulamento Interno e de acordo com a documentação apresentada pelo(s) Cliente(s) ou seu responsável, comprovativa dos rendimentos do Agregado Familiar.

5. Sempre que surjam dúvidas fundamentadas sobre a veracidade das declarações de rendimentos, poderão ser feitas diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, de acordo com os critérios de razoabilidade, através da solicitação de uma declaração de bens em nome do cliente ou responsável, emitido pelo Serviço de Finanças e/ou através de visita domiciliária.

6. A **Mensalidade** deverá ser paga até ao dia 10 do mês a que se reporta. Os pagamentos poderão ser efetuados em numerário ou Multibanco, no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado. Também poderão ser feitos por transferência bancária, até ao dia 8 de cada mês, com posterior envio, por e-mail ou fax, do comprovativo da transferência até ao dia 10. Neste caso, deverão os clientes ou seus responsáveis levantar o respetivo recibo no Gabinete de Apoio Geral, sito na Av. Zeca Afonso, 2955 – 220 Pinhal Novo, dentro do horário afixado.

7. Os pagamentos efetuados após o dia 10 de cada mês, estarão sujeitos a um agravamento de 15%. Nos casos em que o atraso do pagamento seja superior dois meses, sem que seja apresentada uma justificação à Administração da Fundação, que seja aceite por esta, poderá ser suspensa a prestação de serviços.

8. O Serviço de Apoio Domiciliário funciona 7 dias por semana das 08H00 às 13H00 e das 16H00 às 19H00.

9. Estão incluídos na mensalidade os seguintes serviços:

a)

10. O cliente/responsável, quando pretender **desistir/interromper** o Serviço de Apoio Domiciliário, deve comunicar em impresso próprio, o motivo, no Gabinete de Apoio Geral, com 8 dias úteis de antecedência, excetuando-se o caso de falecimento ou internamento de urgência. Se tal procedimento não for cumprido, será cobrado o mês seguinte na sua totalidade (ponto n.º 17. alínea b) do Regulamento Interno). O segundo outorgante terá direito a uma redução de 10% da mensalidade, em caso de ausência, devidamente fundamentada (ponto 7.1. alínea g) do Regulamento Interno).

11. Motivos para a **suspensão, rescisão e/ou alteração** do presente contrato, desde que seja cumprido o ponto nº 10.:

a) Não adaptação comprovada do cliente;

b) Insatisfação das necessidades dos clientes e seus responsáveis, por incumprimento do contratualizado, devidamente justificado;



- c) Mudança de residência;
- d) Necessidade de outro tipo de Resposta Social;
- e) Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual;
- f) Internamento hospitalar;
- g) Férias;
- h) Incumprimento contratual.

12. Sempre que se verifiquem alterações ao presente contrato, é elaborado uma adenda ao mesmo, sujeita à aprovação de ambas as partes, e passando a constar do Processo Individual do Cliente.

13. Em situações em que o cliente necessite de ajudas técnicas, tem ao seu dispor o Banco de Ajudas Técnicas da Fundação COI, podendo contratualizar o serviço pelo tempo necessário, mediante o pagamento do custo estabelecido no Regulamento Interno desse serviço.

14. Qualquer reclamação deve ser apresentada por escrito diretamente ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação COI, em impresso próprio a disponibilizar ou no Livro de Reclamações, nos termos da Legislação Vigente.

15. Nos termos da legislação vigente cumpre ao Primeiro Outorgante informar o Segundo Outorgante sempre que verifiquem alterações ao Regulamento Interno com antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato ao segundo outorgante assiste.

16. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervêm diretamente no processo do Cliente.

17. Este contrato é considerado nulo caso se detetem omissões ou falsas declarações relativas à situação socioeconómica do agregado familiar.

18. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do **Regulamento Interno da Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário**, o qual ambas as partes se comprometem a cumprir.

19. Em toda a relação contratual aplica-se igualmente a Legislação vigente.

20. Toda a aquisição de bens e serviços em nome do cliente é da responsabilidade do próprio ou do seu responsável.

21. Considera-se aqui como reproduzido a folha "Situação Socioeconómica", com o cálculo especificado da mensalidade, devidamente aceite, datado e assinado pelo cliente/responsável, constituindo a mesma, anexo ao presente contrato, assim como futuras alterações do cálculo, sem necessidade de alteração deste.

22. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo competente.

23. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.

24. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: [cniacc@unl.pt](mailto:cniacc@unl.pt) e disponível na página [www.arbitragemdeconsumo.org](http://www.arbitragemdeconsumo.org).

25. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o cliente ou seu responsável.

26. Depois de lido e explicado todo o conteúdo do presente documento e do Regulamento Interno, comprometem-se ambas as partes a respeitar os seus conteúdos, assinando o presente contrato.

Este contrato produz efeitos a partir da presente data e será válido por um ano, automaticamente renovável desde que não existam manifestações em contrário de uma das partes contratantes e se cumpra o preceituado no clausulado da mesma.

Pinhal Novo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Cliente

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

\_\_\_\_\_

Administração Executiva

\_\_\_\_\_